

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.037 - PR (2020/0246755-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : FERNANDO MENDES ROCHA  
**ADVOGADOS** : ROSÂNGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER - PR036441  
NELDEMAR SLEDER - PR084462  
GUILHERME MICHEL BARBOZA SLEDER - PR089364  
**AGRAVADO** : NEIZE FACHI  
**ADVOGADOS** : JOSÉ MARCOS CARRASCO - PR016909  
ROBSON FERNANDO SEBOLD - PR042649  
GEANDRO DE OLIVEIRA FAJARDO - PR035971  
MARIA MARTA GIRALDELLI DE NÃ?BREGA - PR048019  
DANIELE CRISTINE GIRALDELI - PR039706

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por FERNANDO MENDES ROCHA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE SUSPENSÃO DA CNH DO EXECUTADO RECURSO DO EXEQUENTE PEDIDO DE SUSPENSÃO DA CNH DO EXECUTADO ART 139 IV DO CPC15 NÃO CABIMENTO AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NO CASO DOS AUTOS DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, alega o recorrente violação do art. 1.022, II, do CPC, porque omissa a decisão recorrida quanto à latente ocultação de patrimônio e má-fé do recorrido, em evidente fraude à execução, trazendo os seguintes argumentos:

Por analogia, trouxe o entendimento acima, exarado pela 14ª Câmara Cível, ao caso concreto, omitindo-se a respeito da latente ocultação de patrimônio e má-fé do Recorrido, que conforme já demonstrado, fraudou a execução, vendendo todos os imóveis de sua propriedade após expedido o termo de penhora (seq.181) tornando-se propositalmente insolvente, ou em outras palavras "devedor profissional".

Tal fato nem sequer foi abarcado em fundamentação proferida

pelo tribunal a quo, que limitou-se a alegar que "não há demonstração nos autos de que esteja ocultando o seu patrimônio ou levando vida incompatível com as dívidas que possui, em suma, não se demonstrou que se trate de devedor prdissional", caracterizando uma grave lesão ao art. 1022, II do CPC. (fls. 124).

Em relação à segunda controvérsia, sustenta contrariedade do art. 139, IV, do CPC, defendendo a aplicação da medida de suspensão de CNH, porque o recorrido tornou-se artificialmente insolvente, aduzindo:

O r. Acórdão inclusive reconheceu que a aplicação da medida coercitiva requerida, qual seja a suspensão de CNH, é tecnicamente possível e efetiva, porém, contrariou o dispositivo federal 139, IV do CPC ao deixar de aplicá-lo, visto que perfeitamente cabível, não havendo que se falar em violação a direito fundamental.

Nota-se, que a aplicação de medida coercitiva atípica (suspensão da CNH) figura-se como medida excecional, coercitiva e apta a forçar o Embargado a proceder o pagamento, ao levar em conta as pesquisas infrutíferas, a ausência de bens disponíveis e a comprovada ocultação e alienação de patrimônio (fraude à execução), posto que o Recorrido possui condições financeiras de pagar a dívida.

E que não se alegue a suposta violação à súmula 07 do STJ, pois o reexame da matéria é divergente de reavaliação da mesma, pois na reavaliação o órgão de instância superior avalia se o órgão de instância inferior poderia ter formado o seu convencimento a respeito dos fatos de determinado modo, prática francamente aceita em sede de recurso especial.

Com efeito, o Recorrente não requer nova reanálise das provas carreadas nos autos, mas sim a reavaliação, com o fito de demonstrar que a aplicação de medida atípica abarcada pelo art. 139, IV é necessária, haja vista que, conforme restou incontroverso nos autos, o Recorrido tornou-se artificialmente insolvente vendendo todos os seus bens com intuito de não honrar com suas obrigações, sendo a adoção de medidas coercitivas atípicas prática aceita para coagi-lo a quitar o débito. (fls. 124/125).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material.

Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 23/3/2018, e EDcl nos EDcl no EDcl no AgInt nos EDcl no EREsp 1491187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Da leitura dos autos e da decisão embargada, observo que não há vício a ser sanado.

A mera alienação de bens imóveis não autoriza, por si só, a medida coercitiva solicitada — suspensão da CNH — por se tratar de medida excepcional, a ser aplicada nos casos de "devedores profissionais".

Restou fundamentado que:

'Desta forma, embora a medida coercitiva atípica solicitada — suspensão da CNH — seja tecnicamente possível, deve ser aplicada com cautela, pois "ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência", conforme estabelece o art. 8º do CPC/15. Feitas estas considerações preliminares, verifico que o exequente visa cobrar um débito decorrente de cheques e notas promissórias. A demanda tramita desde 2015, sendo realizadas diversas diligências para busca de bens — Bacerjud, Renajud, Infjud — sem sucesso.

Embora se verifique a ausência de bens em nome do agravado, não há demonstração nos autos de que este esteja ocultando o seu patrimônio ou levando vida incompatível com as dívidas que possui, em suma, não se demonstrou que se trate de 'devedor profissional'.

Ressalvado o entendimento do MM. Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Dr. Victor Martim Batschke, que entende que no caso dos autos não foram esgotadas as medidas para afirmar que exista comportamento do devedor suficiente para lhe impor a medida pretendida.

Por outro lado, mesmo que a medida solicitada fosse deferida, não garantiria, efetivamente, o adimplemento da dívida, mas devido às

peculiaridades dos autos, muito provavelmente, constituiria medida que feriria a dignidade da pessoa humana, a razoabilidade e a proporcionalidade. Eventualmente, maiores dificuldades para conseguir preservar ou angariar algum patrimônio que venha a garantir num futuro próximo o pagamento do débito."

Com efeito, evidente a tentativa do insurgente de modificar, por meio destes embargos, decisão em sentido desfavorável, tanto que não apresenta qualquer omissão concreta no julgado, mas apenas traz alegações para buscar a reforma do acórdão, o quê, pela via intentada, não se revela viável. (fls. 106/107)

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.652.952/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.606.785/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.674.179/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 28/8/2020; AgInt no REsp n. 1.698.339/CE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.631.705/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; e AgRg no REsp n. 1.867.692/SP, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 18/5/2020.

No que pertine à segunda controvérsia, extrai-se do acórdão recorrido:

Desta forma, embora a medida coercitiva atípica solicitada – suspensão da CNH – seja tecnicamente possível, deve ser aplicada com cautela, pois “ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, , conforme estabelece o art. 8º do CPC/15. a publicidade e a eficiência” Feitas estas considerações preliminares, verifico que o exequente visa cobrar um débito decorrente de cheques e notas promissórias. A demanda tramita desde 2015, sendo realizadas diversas diligências para busca de bens – Bacenjud, Renajud, Infojud – sem sucesso.

Embora se verifique a ausência de bens em nome do agravado, não há demonstração nos autos de que esteja ocultando o seu

patrimônio ou levando vida incompatível com as dívidas que possui, em suma, não se demonstrou que se trate de ‘devedor profissional’.

Ressalvado o entendimento do MM. Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Dr. Victor Martim Batschke, que entende que no caso dos autos não foram esgotadas as medidas para afirmar que exista comportamento do devedor suficiente para lhe impor a medida pretendida.

Por outro lado, mesmo que a medida solicitada fosse deferida, não garantiria, efetivamente, o adimplemento da dívida, mas devido às peculiaridades dos autos, muito provavelmente, constituiria medida que feriria a dignidade da pessoa humana, a razoabilidade e a proporcionalidade. Eventualmente, maiores dificuldades para conseguir preservar ou angariar algum patrimônio que venha a garantir num futuro próximo o pagamento do débito. (fl. 78)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente